

Demonstrações Financeiras

QUELUZ Participações Ltda.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

QUELUZ Participações Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Quotistas da
Queluz Participações Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Queluz Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Queluz Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- SP027623/F



Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC-SP211793/O

Queluz Participações Ltda.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	4
Outros ativos		1.650	-
Total do circulante		1.651	4
Não circulante			
Investimentos	5	51.379	67.456
Total do não circulante		51.379	67.456
Total do ativo		53.030	67.460

Queluz Participações Ltda.

Balanço patrimonial--*Continuação*
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Outras contas a pagar		-	4
Total do circulante		-	4
Não Circulante			
Outros passivos		1.650	655
Total do não circulante		1.650	655
Patrimônio líquido	6		
Capital social		46.000	46.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		52.814	-
Lucros (prejuízos) acumulados		(47.434)	20.801
Total do patrimônio líquido		51.380	66.801
Total do passivo e do patrimônio líquido		53.030	67.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Queluz Participações Ltda.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	7	(18)	(37)
Outras despesas operacionais, líquidas		-	(143)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(67.235)	(2.689)
Prejuízo operacional		(67.253)	(2.869)
Prejuízo do exercício		(67.253)	(2.869)
Quantidade de quotas ponderadas durante o exercício - em milhares		46.000	46.000
Resultado por quota do capital social		(1,46)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Queluz Participações Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício		(67.253)	(2.869)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		<u>(67.253)</u>	<u>(2.869)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUELUZ Participações Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	45.968		22.786	68.753
Integralização do capital (nota 6)	32		-	32
Prejuízo do exercício	-	-	(2.869)	(2.869)
Outros	-	-	884	884
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.000	-	20.801	66.801
Prejuízo do exercício	-	-	(67.253)	(67.253)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	52.814	-	52.814
Outros	-	-	(982)	(982)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	46.000	52.814	(47.434)	51.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUELUZ Participações Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(67.253)	(2.869)
Equivalência patrimonial	67.235	2.689
Variações nos ativos e nos passivos:		
Outros ativos	(1.650)	-
Outros passivos	991	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(677)	(180)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital em investidas	(51.140)	(492)
Aquisição de participação societária	(1.000)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(52.140)	(492)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	52.814	640
Integralização de capital	-	33
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	52.814	672
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(3)	1
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	3
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1	4
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(3)	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Queluz Participações Ltda. (adiante designada apenas por “Empresa” ou “Queluz”), constituída em 01 de abril de 2014, na forma de sociedade empresária limitada, tem como objeto social a participação acionária em outras sociedades na qualidade de sócia, cotista, acionista ou associada para qualquer forma prevista em lei, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, sala 26 - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A Queluz participa e é sócia da empresa Carbuss Indústria Catarinense de Carrocerias Ltda., cujo percentual de participação no capital social é de 51%, no entanto, a Empresa não possui o controle dessa investida, pois todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Empresa e os demais sócios-quotistas, independente do percentual de participação.

Em 2020, a Queluz constituiu a empresa GR3 Tecnologia em Alumínio Ltda., cuja a participação se refere a 99,99% das quotas subscritas. A referida investida está localizada no município de Botucatu-SP, SP e possui como atividade preponderante a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

Em 12 de abril de 2022, a Queluz constituiu a empresa BRPlast Comercial Ltda., cuja participação se refere a 99,99% das quotas subscritas. A referida investida está localizada no município de São Paulo-SP e possui como atividade preponderante a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

A administração da Empresa não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, em decorrência da imaterialidade dos saldos patrimoniais e o volume das operações dessas investidas, bem como devido ao fato da controladora em última instância RuasInvest Participações S.A. já apresentar demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme exceção permitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Empresa em 15 de fevereiro de 2024.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 9 - Instrumentos Financeiros.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Coligadas e empreendimentos controlados

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Empresa. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Empresa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Empresa. Quando a participação da Empresa nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Empresa e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Empresa. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. A Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Empresa referem-se a caixa e equivalentes de caixa .

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*—Continuação

Desreconhecimento (baixa)—Continuação

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Empresa.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da empresa incluem outras contas a pagar, mensurados ao custo amortizado.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c) Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa.
- Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
 - Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
 - Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
 - Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas dos imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

e) Apuração de resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

f) Capital social

Quotas e participação societária

As quotas de participação estão totalmente subscritas e integralizadas e classificadas como patrimônio líquido.

Distribuição de lucros

Os lucros mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, não há lucros distribuídos registrados pela Empresa.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. A Empresa concluiu que essas novas normas e alterações não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras. Bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, as entidades devem aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo: depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que não foi identificado contratos onerosos.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Empresa aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da *IFRS 3 Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da *IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou *IFRIC 21 Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

Referências à Estrutura conceitual--Continuação

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou *joint venture* que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa por não ser um adoptante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Empresa aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Empresa durante o período.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41 (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 ou CPC 29 à data de relato.

h) Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022

As novas normas, interpretações, e alterações emitidas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa não adotou essas normas na elaboração destas demonstrações financeiras, e pretende adotar, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022 -- Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro--Continuação

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- h) Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022 -- Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- h) Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022 -- Continuação

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Empresa está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco conta movimento	1	4
	<u>1</u>	<u>4</u>

5. Investimentos

i) Saldos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Carbuss Indústria Catarinense de Carrocerias Ltda.	45.954	64.824
GR3 Tecnologia em Alumínio Ltda.	4.425	2.632
BRPLAST Comercial Ltda.	1.000	-
	<u>51.379</u>	<u>67.456</u>

O investimento na Carbuss Indústria Catarinense de Carrocerias Ltda. refere-se a 45.900.000 ações subscritas, que correspondem a 51% de participação no patrimônio líquido da Carbuss Indústria Catarinense de Carrocerias Ltda.

O investimento nas empresas GR3 Tecnologia em Alumínio Ltda. e BRPlast Comercial Ltda. referem-se a 99,99% quotas totalmente subscritas e integralizadas, que correspondem a 99,99% das ações subscritas.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos--Continuação

ii) Movimentação dos investimentos

	2021	Aporte de capital	Aquisição	Equivalência patrimonial	Mutações no PL	2022
Carbuss Ind. Catarinense de Carrocerias Ltda. (a)	64.824	51.000		(68.887)	(982)	45.955
GR3 Tecnologia em Alumínio Ltda.	2.632	140		1.652		4.424
BRPLAST Comercial Ltda.			1.000			1.000
	67.456	51.140	1.000	(67.235)	(982)	51.379

(a) Em 09 de fevereiro de 2022, o capital social da investida foi aumentado em R\$ 100.000, dos quais ainda restam R\$ 13.000 a serem integralizados pela acionista Aroma Empreendimentos Ltda.

	2020	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Mutações no PL	2021
Carbuss Ind. Catarinense de Carrocerias Ltda.	68.864		(4.924)	884	64.824
GR3 Tecnologia em Alumínio Ltda.	(95)	492	2.235		2.632
	68.769	492	(2.689)	884	67.456
Classificado como investimentos	68.864				67.456
Classificado como provisão para perda com investimentos	(95)				
	68.769				67.456

iii) Informações relevantes da empresa investidas

Carbuss Industria Catarinense de Carrocerias Ltda.

	2022	2021
Total do ativo	453.777	436.285
Total do passivo	365.488	309.180
Patrimônio líquido	88.289	127.105
Prejuízo do exercício	(123.440)	(9.656)

GR3 Tecnologia em Alumínio Ltda.

	2022	2021
Total do ativo	4.426	2.707
Total do passivo	1	75
Patrimônio líquido	4.425	2.632
Resultado do exercício	1.653	2.235

BRPLAST Comercial Ltda.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito estava distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quotas	2022			Participação em %
		Capital subscrito	Capital integralizado	Capital a integralizar	
RuasInvest Participações S.A.	45.999.999	45.999.999,00	45.999.999,00	-	99,999%
MJR Participações Ltda.	1	1,00	1,00	-	0,001%
	<u>46.000.000</u>	<u>46.000.000,00</u>	<u>46.000.000,00</u>	<u>-</u>	<u>100%</u>

b) Distribuição de lucros

A Empresa poderá levantar balanços semestralmente ou em períodos menores e poderá, por deliberação dos sócios quotistas, declarar distribuição de lucros à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Despesas operacionais

As despesas dos exercícios foram reconhecidas integralmente pelo regime de competência.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de contabilidade e auditoria	(18)	(36)
Outras despesas	-	(1)
	<u>(18)</u>	<u>(37)</u>

8. Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Empresa.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Empresa está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

i) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Tipicamente, a Empresa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	<u>Valor futuro a pagar</u>	<u>6 meses ou menos</u>
Outros passivos	1.651	1.651
	<u>1.651</u>	<u>1.651</u>

ii) *Risco de moeda*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Empresa não possui aplicações sujeitas a exposição por risco cambial, bem como empréstimos em moeda estrangeira.

iii) *Risco de taxa de juros*

Gestão do capital

A política da Administração da Empresa é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Empresa define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Empresa referente a administração de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1	4
	<u>1</u>	<u>4</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Outros passivos	1.651	655
	<u>1.651</u>	<u>655</u>

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” não apresentam diferenças em comparação aos valores obtidos através da metodologia acima.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa estão todos classificados no nível 2.

QUELUZ Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Eventos subsequentes

Em 24 de março de 2023, os quotistas aprovaram aumento de capital no montante de R\$ 53.000, dos quais foram integralizados por meio da integralização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 52.814, totalizando o capital social no montante de R\$ 98.814.

* * *